



PODER

Auxílio Brasil é aposta incerta para eleições

Parlamentares se dividem sobre o impacto que o programa social, com valor mais robusto, terá nos planos de recondução de Bolsonaro

» RAPHAEL FELICE

O governo começou a pagar, ontem, o Auxílio Brasil de R\$ 400, que beneficiará 14,5 milhões de famílias, antes atendidas pelo extinto Bolsa Família. O programa de transferência de renda é a aposta do presidente Jair Bolsonaro para tentar manter vivo o seu plano de reeleição.

Desidratado nas pesquisas de intenção de voto, especialmente devido à grave crise econômica que impacta o país — refletida, principalmente, nos quase 14 milhões de desempregados e na inflação em 10,74% —, Bolsonaro busca no programa social uma cartada fundamental para recuperar a popularidade. Em 2006, por exemplo, o Bolsa Família foi determinante para a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Parlamentares se dividem sobre o impacto eleitoral que o Auxílio Brasil mais robusto terá para Bolsonaro. O deputado federal Kim Kataguirí (DEM-SP) entende que a população não vai receber bem a redução dos R\$ 600 pagos no auxílio emergencial para os R\$ 400 do programa social. Ele disse não enxergar um bom cenário para o governo.

“Acho que a população não vai receber bem a diminuição de R\$ 600 para R\$ 400. Além disso, a inflação e os juros vão derreter muito o valor de compra, principalmente dos mais pobres”, afirmou.

O relator, na Câmara, da medida provisória que criou o Auxílio Brasil, Marcelo Aro (PP-MG), explicou que o acréscimo mensal colocado no programa é 100% superior ao que era pago no Bolsa Família. Por isso, vai manter-se valorizado até o fim de 2023.

“Com a mudança este ano, está saindo de um tiquete médio de R\$ 189, do Bolsa Família, para no

mínimo R\$ 400 no Auxílio Brasil, mais do que dobrando esse benefício”, afirmou. “Obviamente, este ano (2022) está resolvido, o ganho gigantesco. De fato, como no projeto não foi indexada a inflação, então, no final de 2023, eles vão ganhar o mesmo valor que estarão recebendo em 2022. Durante o tempo, a tendência é de a inflação ir comendo esse valor de compra, caso o governo não decida fazer o reajuste inflacionário, e ele pode fazer.”

O deputado Júlio Delgado (PSB-MG) entende que o benefício a ser pago é significativo, mas que perderá valor de compra ao longo de 2022. Ele afirmou que o aumento de preços dos alimentos é maior do que os mais de 10% registrados pela inflação. “Acho que o impacto da inflação nos 12 meses, na faixa de 10%, já demonstra que esse 2022 vai ser maior do que isso. Então, quem for receber os R\$ 400, na verdade, estará recebendo R\$ 360. Esse impacto acaba sendo muito próximo da metade do auxílio emergencial”, destacou. “Acho que eles (governo) esperavam um impacto maior do que realmente vai ser para o processo eleitoral.”

Professor de finanças do Instituto Brasileiro de Mercados e Capitais (Ibmecc), William Baghdasarian disse haver melhorias na comparação do Auxílio Brasil com o Bolsa Família, como no próprio aumento financeiro. “Tende a causar um impacto forte ano que vem. Eu só não sei se isso é capaz de reverter tendências eleitorais”, frisou. “Nós teremos um balanço entre esses benefícios sociais que foram concedidos pelo governo, que podem trazer uma percepção positiva, contra uma percepção negativa por conta dessa inflação. Ainda que o governo dê dinheiro, a capacidade de consumo é muito menor. Temos de nos lembrar que, junto disso, há o desemprego.”

Marcos Corrêa/PR



Bolsonaro em reunião ministerial no início do ano: presidente tenta reverter, com programa social, a queda de popularidade

Novo round na briga do Orçamento

» ISRAEL MEDEIROS
» RAPHAEL FELICE

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou, ontem, um pedido de liminar da senadora Soraya Thronicke (PSL-MS), que queria a anulação da designação do relator da área de educação no projeto do Orçamento da União de 2022. A parlamentar alegava que, de acordo com

o regimento do Congresso, um partido não pode relatar um setor do Orçamento por dois anos seguidos, como foi o caso do PL de Wellington Fagundes (MT).

Soraya, que havia sido indicada formalmente em julho — um mês antes da indicação de Fagundes — acusou a presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), Rose de Freitas (MDB-ES), de atropelar o regimento para indicar o

parlamentar, o que gerou constrangimento entre congressistas e levou o caso para a Justiça.

Na decisão, Barroso, apesar de indeferir a liminar, ordenou a notificação de Rose de Freitas para que, se for do interesse dela, se manifeste sobre os fatos.

Ao **Correio**, Soraya disse que foi ao STF porque há, em curso, uma violação da legislação e das regras de distribuição de relatorias. “Foi definido logo após as CPLs do

anões do orçamento, na legislação, alguns critérios para que houvesse alternância de relatoria. O mesmo partido não pode ter a mesma relatoria em anos subsequentes, e o PL já foi relator da educação no ano passado. Não poderia ser em 2022”, refutou.

Antes da decisão de Barroso, parlamentares já haviam previsto que o STF nada poderia fazer a respeito, já que essa é uma questão “interna corporis”.

Entrelinhas



por Carlos Alexandre
carlosalexandre.df@dabr.com.br

Intenções para um Brasil pós-2022

Pode-se afirmar, sem cabotismo, que o seminário Desafios 2022: para onde vai o Brasil apresentou as intenções de uma nação para o futuro próximo. Quem acompanhou o evento promovido pelo **Correio** na última quinta-feira teve a oportunidade de ver e ouvir a expectativa de atores importantes da vida nacional, além da análise de economistas reconhecidos pela seriedade de suas leituras acerca deste país complexo. A proximidade de uma eleição influenciou parte das colocações feitas pelos convidados, em particular os representantes que concorrem a cargo eletivo e o presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Mas convém ressaltar pontos destacados por personalidades do campo político, como os senadores Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e Simone Tebet (MDB-MS), além do ex-ministro Sergio Moro e do governador Joao Doria. E, particularmente, as considerações do ministro Luís Roberto Barroso, na presidência do TSE até fevereiro do próximo. Boa parte dos problemas e desafios mencionados no seminário transcendem o calendário eleitoral, até mesmo o calendário convencional. Trata-se de questões que dizem respeito ao país que queremos

ser, ao país que precisa ser construído, ao projeto nacional que ainda está por vir.

No comando de um dos Poderes da República, o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, assinalou a necessidade de haver uma liderança no enfrentamento dos dilemas nacionais. Essa liderança, no entendimento de Pacheco, precisa necessariamente estabelecer uma boa relação institucional com os outros pilares do regime republicano. Não é exatamente o que temos visto no atual mandato de Jair Bolsonaro. Arrasta-se há tempos a convivência intempestuosa entre o chefe do Executivo e integrantes do Supremo Tribunal Federal. Na última semana, o presidente dirigiu mais um ataque contra Alexandre de Moraes, embora não o tenha citado nominalmente. A aprovação de André Mendonça, após meses de impasse no Senado, é tratada como uma vitória da trincheira bolsonarista no Supremo — como se todos os integrantes da Corte não tivessem que cumprir a um só mandamento, o da Constituição. No Câmara, observa-se maior proximidade entre o chefe do Planalto e o deputado Arthur

“QUANDO UM MAGISTRADO DA MAIS ALTA CORTE DE JUSTIÇA RENOVA A CONFIANÇA NA DEMOCRACIA, É PORQUE O PAÍS TRILHA CAMINHOS PERIGOSOS”

Lira, mas se sabe que a durabilidade da aliança está condicionada à conveniência do Centrão. Ou seja, pode ruir a qualquer momento. Nada indica que em 2022 haverá um esforço na melhora do diálogo institucional.

Entre os postulantes a ocupar a cadeira mais importante do Palácio do Planalto, nota-se a vontade de executar um projeto para o país. Em entrevista ao **Correio** publicada no domingo passado, Sergio Moro deu o tom de suas ambições. “Vamos demonstrar que somos sérios, não somos agressivos, mas que o nosso projeto é vigoroso. Consistente do ponto de vista técnico e fundado em princípios e valores e no diálogo”, disse. Na quinta-feira, voltou ao tema que o tornou conhecido pelos brasileiros: a corrupção. “O país não vai avançar

se nós não enfrentarmos o desafio da corrupção. A corrupção acaba impactando a eficiência do governo: não tem como você ser um governo eficiente e competente se é altamente corrupto”. Em que pese as críticas à Operação Lava-Jato, Moro insiste em combater um mal histórico na administração pública brasileira. Pode-se criticar as intenções eleitorais do ex-juiz federal, mas não se pode negar que a impunidade, especialmente de gente poderosa, permanece uma mácula na sociedade brasileira.

O governador João Doria, em uma breve síntese, indicou as múltiplas ações necessárias para realizar transformações estruturantes no país destróado pela covid-19 e pela “herança maldita” deixada pela última administração petista na área econômica. Para o presidencialista

tucano, é essencial construir “Um Brasil que precisa reduzir a dimensão da pobreza, precisa gerar empregos, precisa proteger a saúde da sua população, precisa respeitar o meio ambiente e retomar o seu crescimento econômico”. Em poucas palavras, Doria sinaliza a magnitude do desafio que espera o futuro ocupante do Planalto após a abertura das urnas.

É a fala de um não candidato à Presidência da República, porém, que talvez traduza o momento delicado que atravessamos. Ao ressaltar que a democracia é o regime do respeito mesmo na divergência, o ministro Luís Roberto Barroso disse esperar que as eleições sejam marcadas pela compatibilidade de projetos para o Brasil, e não por ataques pessoais. E disse, em sinal de alerta: “A democracia brasileira resistiu a todos os vendavais”. Quando um magistrado da mais alta Corte de Justiça renova a confiança no regime democrático, é porque o país trilha caminhos perigosos. Em outubro, espera-se que os brasileiros escolham aquele candidato que permita o fortalecimento dessa conquista.